



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO**

**ATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO TRT DA 2ª REGIÃO**

Ata de Reunião Ordinária da Comissão de Acessibilidade e Inclusão

Em 23 de abril de 2021, às 11 horas, reuniram-se virtualmente para a reunião ordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região sob a presidência da Exma. Juíza Regina Celi Vieira Ferro, os servidores: Fernanda Porcaro (representando Aline Maria de Castro Silva Rossi); Claudia Dantas de Almeida Moniak; Daniela Louise da Serra Ogata; Debora Forlin Granja; Dulcinea Lima de Jesus Figueiredo; Licia Oliveira do Nascimento (representando Elaine Caire); Eliana Maiellaro; Gabriel Pio de Paula; Gilda Garcia; Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho; José Américo Zampar Júnior; José Erigleudson da Silva; José Renato das Graças Amaral; Lucas Macário Oliveira de Queiroz; Luiz Felipe Furtado Fernandes; Marcus Vinicius da Silva Batista; Rodrigo Lopes Nabarreto e Ronaldo Prado Amorosino. Presentes, ainda, os servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão: Ingrid Sotanyi; Karen Outa; Luiz Fernando de Paula Pereira; Thais Tie Myasaki; Thays Martinez e o aprendiz Bruno da Silva Porto.

Ausentes, justificadamente, o Exmo. Sr. Desembargador Alvaro Alves Nôga, a Exma. Sra. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, o Exmo. Sr. Juiz Milton Amadeu Junior e a Exma. Sra. Juíza Vanda Ferreira da Cruz; e os servidores: Alexandre Aguenta Arakaki, Daniela Ferrari Kovács, Eduardo Antonio Engholm Cardoso, Jorge Costa Silva, Katia Regina Cezar, Ludmilla Cavarzere de Oliveira, Luis Carlos de Paula Reseck, Marcelo Tiba Nakamura, Narjara Jacó da Silva e Silva, Odair Pinto de Oliveira, Rogério Campos dos Santos, Thaísa Carla Santos do Nascimento, Vanessa Spadotto Alves e Vera Lucia de Oliveira Aguiar.

A Exma. Sra. Presidente abriu a reunião solicitando que cada um fizesse uma breve apresentação, destacando, ao final, a presença do convidado Lucas Macário Oliveira de Queiroz. Após, passou a palavra à Sra. Thais Tie Myasaki para falar sobre o primeiro item da pauta, qual seja, "Palestra: 'O emprego apoiado como ferramenta de inclusão para pessoas com deficiência intelectual e/ou no espectro autista', a ser ministrada por Victor Martinez, Supervisor do Serviço de Inclusão Profissional e Longevidade do Instituto Jô Clemente (antiga APAE/SP), no próximo dia 6 de maio, das 16h00 às 17h30". A Sra. Thais estendeu o convite a todas e todos integrantes da Comissão e solicitou a colaboração de todos para a divulgação do evento, em especial para a Secretaria de Comunicação Social.

Em seguida, passou a palavra ao Sr. Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho para tratar do segundo item da pauta: "Palestra: 'Dimensões da Acessibilidade e sua importância para a inclusão laboral da pessoa com deficiência à luz da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão', a ser proferida pelo Professor Romeu Kazumi Sasaki no próximo dia 17 de junho, das 16h30 às 19h00".

Destacou os notórios conhecimentos do palestrante sobre inclusão de pessoas com deficiência e acessibilidade. Informou, ainda, que, por intermédio do Memorando nº 10/2021-ACESSIB, foi solicitado o apoio da Ejud que, em resposta, prontamente confirmou o apoio institucional ao evento. Registrou também os agradecimentos do palestrante e sua mensagem no sentido de que se sente honrado por ministrar referida palestra no TRT2.

O Sr. Ivo lembrou que, conforme deliberação da última reunião da Comissão, foi enviado e-mail para cada uma das áreas com representação na Comissão Permanente de Acessibilidade com solicitação de indicação de membros da equipe que participarão de referido evento, e que nem todas enviaram resposta até o presente momento, razão pela qual reiterou a solicitação de indicação de participantes para tão relevante palestra.

Passou, então, a palavra ao Sr. José Erigleidson da Silva para que informasse a respeito da disponibilização do recurso de legendas na transmissão da palestra. O Sr. José Erigleidson informou que a Ejud estava procedendo a testes finais da tecnologia denominada *Web Captioner* e que, aparentemente, seria possível sua utilização com qualidade suficiente.

Na sequência, o Sr. Luiz Fernando de Paula Pereira informou que as inscrições para a palestra do Instituto Jô Clemente estavam abertas no site da Ejud e destacou o fato de se tratar de obrigação contratual de promover a capacitação no âmbito do TRT2. Lembrou, também, que a realização dos dois eventos mencionados atende às determinações da [Resolução nº 230/2016](#) do CNJ.

Em seguida, passou-se para o terceiro item da pauta: “Teste realizado em 22/04/2021 com intérprete de Libras de empresa contratada pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) e da Central de Acessibilidade Comunicacional (CAC), em uma audiência na 64ª Vara do Trabalho de São Paulo, com a participação e avaliação do Sr. Marcelo Cutrim, servidor e intérprete do Tribunal”.

Lembrou-se que neste mês de abril o servidor Marcelo encerrará suas atividades como intérprete de Libras e que continuamos em busca de soluções para essa demanda institucional tão urgente e relevante. Passou-se, então, a palavra para a Sra. Karen Outa para que informasse à Comissão sobre o teste realizado. A Sra. Karen relatou que a Prefeitura de São Paulo disponibilizou o serviço de interpretação e tradução em Libras por intermédio da CAC (Central de Acessibilidade Comunicacional), destacando, no entanto, a inviabilidade dessa parceria para o atendimento da demanda do Tribunal, em especial pelo fato de maior abrangência territorial do TRT2.

A Sra. Karen passou a palavra à Sra. Claudia Dantas de Almeida Moniak, para complementar as informações a respeito do teste realizado. A Sra. Claudia informou que, apesar da ausência de interação entre o intérprete e o reclamante com deficiência auditiva, em razão da ausência de produção de provas em audiência (fatos incontroversos) e da celeridade com que esta se desenrolou, foi possível ao Sr. Marcelo Cutrim avaliar a qualificação do profissional, considerada boa pelo aludido servidor. Indagada pela Exma. Juíza Regina Ferro acerca dos conhecimentos específicos do intérprete relativamente aos termos jurídicos, a Sra. Claudia informou que aparentemente não existem sinais específicos em Libras para as especificidades da linguagem jurídica.

A Exma. Juíza Regina Ferro indagou acerca da possibilidade de o CAC da Prefeitura de São Paulo prestar provisoriamente esse serviço para o TRT2. O Sr. Luiz Pereira informou que não há essa possibilidade e esclareceu que o teste foi realizado com o objetivo principal de compreender a dinâmica desse modelo de prestação de serviço, inclusive para auxiliar nas definições das exigências possíveis em uma eventual contratação de serviço similar.

A Exma. Juíza Regina Ferro relatou o fato de que teve conhecimento sobre o ensino de língua de sinais para crianças do ensino fundamental regular na Holanda, chamando a atenção para o longo caminho que temos pela frente para alcançar uma acessibilidade comunicacional efetiva.

A Sra. Fernanda Porcaro, da Secom, indagou sobre a divulgação dos eventos ser exclusiva para o público interno do TRT2. Ao que o Sr. Ivo Ramalho e a Sra. Thais Myasaki responderam afirmativamente.

A Exma. Juíza Regina passou a palavra ao Sr. Ivo para informar a respeito do 4º item da pauta: “Disponibilização de novo assunto no sistema PROAD: ‘ACESSIB - Pedido de Parecer da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão’”. Ele comunicou que, a pedido do Exmo. Desembargador, Alvaro Alves Nôga, houve uma solicitação junto à Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos para que adotassem providências no sentido de criar novo assunto no sistema Proad, especificamente para casos em que servidores do TRT2 pretendam requerer a intervenção da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão em processos administrativos em que entendam ocupar lugar de destaque as questões relativas à inclusão e acessibilidade. Informou que após testes já realizados, referido assunto foi criado e já está disponível, desde o último dia 7 de abril. Ressaltou que tal medida evitará eventuais conflitos de atribuição entre áreas institucionais.

A Exma. Juíza Regina Ferro passou a palavra a Sra. Thais Myasaki para abordar o 5º item da pauta: “Participação da servidora Thais Myasaki no Curso: ‘Acessibilidade e Inclusão nas rotinas do Tribunal’”, realizado pelo TRT-1 RJ. A Sra. Thais Myasaki informou que o curso foi ministrado pela servidora Maria Villela e que teve uma abordagem baseada em vivências práticas, relatando as dificuldades encontradas no dia a dia pelos servidores com deficiência; destacando-se as barreiras atitudinais como uma das mais difíceis de serem transpostas. Houve manifestações no sentido de se avaliar a possibilidade de realizar referido curso no TRT2, convidando-se a servidora Maria Villela.

A Exma. Juíza Regina Ferro passou para o último item da pauta: “Depoimento do aprendiz Bruno da Silva Porto sobre a experiência de ter acompanhado, de forma telepresencial, duas audiências trabalhistas presididas pelo Exmo. Sr. Milton Amadeu Junior, Juiz do Trabalho titular da 1ª Vara do Trabalho de Barueri/SP e membro desta Comissão”. Destacou a relevância do projeto de aprendizes do TRT2 em parceria com o Instituto Jô Clemente.

O Sr. Ivo Ramalho pediu a palavra para destacar o excelente trabalho de pesquisa realizado na Seção de Acessibilidade e Inclusão pelo aprendiz Bruno Porto e, também, solicitou o registro de agradecimento ao Exmo. Juiz do Trabalho Milton Amadeu Junior e ao Secretário de audiência, Sr. Rogério Santos, pela experiência que propiciaram ao aprendiz Sr. Bruno Porto de acompanhar uma audiência trabalhista, o que se deu no último dia 22 de abril. Passou a palavra ao Sr. Bruno Porto para seu depoimento a respeito da experiência.

O aprendiz Bruno Porto expressou sua vontade de aprender mais a cada dia. Falou sobre sua impressão de se tratar de um juiz justo e que gostou muito da atuação do Secretário de Audiência, que ficou muito impressionado com as atuações do juiz e do secretário nas audiências. O Sr. Lucas Macário parabenizou Bruno pelo esforço e destacou que já participou do programa Jovem Aprendiz em outro Órgão que não era tão estruturado como o TRT2, com essas preocupações e visões e deu uma palavra de incentivo para que ele continue, que é um excelente começo.

O Sr. Ivo Ramalho retomou a palavra para registrar que o Exmo. Juiz Milton Amadeu Junior fez

constar em ata a presença do aprendiz Bruno Porto na audiência conforme transcrição abaixo:

“Consigna-se a presença do ilustre representante da Comissão de Acessibilidade deste Tribunal, Sr. IVO RAMALHO, bem como do aprendiz do mesmo setor, que muito nos orgulha pela sua dedicação e préstimos em benefício do nosso Tribunal e da acessibilidade, Sr. Bruno da Silva Porto.” (Processo nº 1001478-28.2020.5.02.0201, destaques no original).

Diversos integrantes da Comissão proferiram palavras de incentivo ao aprendiz Bruno Porto, cumprimentando-o por sua dedicação e competência.

Não havendo outros assuntos a serem tratados, a Exma. Juíza Regina Ferro, agradecendo a presença de todas e todos, deu por encerrada a reunião.

Regina Celi Vieira Ferro
Juíza do Trabalho Presidente em Exercício da
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão